



Resumo de Notícias

13/05/2016 - Telesíntese

Entidades e movimentos sociais criticam fusão entre Minicom e MCTI

Setor científico e de ativistas em favor da democratização das comunicações enxergam retrocesso em decisão do governo de Michel Temer.

A união dos ministérios das Comunicações e da Ciência, Tecnologia e Inovação em uma só pasta, rebatizada para Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, vem sendo duramente criticada por movimentos sociais e entidades representam parcela dos setores afetados.

Ontem mesmo a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) soltaram manifesto contrário à fusão. No texto, dizem que “é uma medida artificial, que prejudicaria o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do país”.

Para as entidades científicas, as pastas não têm afinidades. “É grande a diferença de procedimentos, objetivos e missões desses dois ministérios”, ressaltam. Afirmam que o antigo MCTI tinha uma agenda voltada ao mérito científico e tecnológico, “com programas desenvolvidos e avaliados por comissões técnicas”, enquanto o Minicom adotava como critérios “relações políticas e práticas distantes da vida cotidiana do MCTI”.

O documento diz também que as missões dos dois ministérios não são compatíveis, e que, enquanto as atividades de área das comunicações inclui concessões e fiscalização, as atividades do MCTI envolvem fomento a pesquisas, envolvimento de pesquisadores em redes multidisciplinares e interinstitucionais, estímulo a inovação tecnológica em empresas, além de ser responsável por duas dezenas de institutos de pesquisa.

O documento foi assinado pela ABC, Academia de Ciências do Estado de São Paulo, Academia Nacional de Medicina, Associação Brasileira de Universidade Estaduais e Municipais, Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras,

Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de C,T&I, Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia e a SBPC.

Comunicações

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), que reúne dezenas de entidades regionais e nacionais engajadas na democratização dos meios de comunicação, defesa da liberdade de expressão e na internet, também publicou nota rechaçando a medida do governo de Michel Temer.

Em nota, afirma que o novo governo é ilegítimo e que toma posse extinguindo “ministérios indispensáveis para o avanço social e a consolidação de direitos humanos”, entre os quais, os ministérios das Comunicações e da Cultura.

“A criação de um novo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação revela que o tratamento comercial e mercadológico para o tema da Comunicação será aprofundado. Os debates serão ainda mais técnicos e estarão ainda mais à mercê dos grandes grupos econômicos”, afirma o FNDC.

Bia Barbosa, coordenadora do Intervenções e secretária-geral do FNDC, vai além. Ela lembra que a fusão também afeta o setor de radiodifusão. “Podemos ver uma relação entre o novo governo e grandes meios de comunicação, que sempre se posicionaram contra a criação de um novo marco regulatório para o setor de comunicações [TV e rádio]”, resalta. O marco é demanda histórica do grupo, e chegou a ser aventado quando Ricardo Berzoini foi ministro das Comunicações, que evitou propor qualquer regulação sobre o assunto. (Com Agência Brasil)



Resumo de Notícias

Projeto de dados pessoais tramita em regime de urgência na Câmara

A presidente afastada Dilma Rousseff, em um de seus últimos atos antes do afastamento, enviou ao Congresso Federal projeto de lei para a Proteção de Dados Pessoais, que prevê criação de órgão federal para fiscalizar a questão e de conselho multissetorial para apoiá-lo.

O projeto para a criação de uma lei que regule o tratamento dos dados pessoais, formatado ao longo do governo Dilma Rousseff, afastada ontem da presidência, começou a tramitar nesta sexta-feira, 13, na Câmara dos Deputados. O texto virou o Projeto de Lei 5.276/16.

Foi distribuído às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e Constituição e Justiça e de Cidadania, e tramitará em regime de urgência, o que significa que emendas deverão ser apresentadas em no máximo cinco sessões do plenário da Casa. O texto deverá ser avaliado e votado em até 45 dias. A data limite é 27 de junho.

O projeto é resultado de consulta pública feita pelo Ministério da Justiça ao longo do ano passado. A consulta ficou aberta por quase seis meses e recebeu mais 1,1 mil contribuições. O ex-ministro da Justiça, Eugênio Aragão, explica na defesa do texto enviado para aprovação de Dilma que o texto "visa assegurar ao cidadão o controle e a titularidade sobre suas informa-

ções pessoais". Ressalta, ainda, que ao carecer de lei sobre o assunto, há "desconformidade da legislação brasileira atual aos padrões internacionais existentes neste tema".

A minuta exige que as empresas que colem e tratem dados pessoais o façam apenas sob consentimento explícito dos usuários, titulares daquela informação. Propõe a criação de um órgão responsável pela proteção de dados pessoais no país. Este órgão deverá criar as diretrizes de uma "Política Nacional de Dados Pessoais e Privacidade", promover o conhecimento das normas e dos direitos entre os cidadãos, estimular a adoção de padrões que permitam o controle dos dados pelos usuários.

O proposta prevê, também, a criação de um Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade, que seria composto por representantes do poder público, setor privado, academia, comunidade técnica e organizações não-governamentais, com mandatos de dois anos.

16/05/2016 - Convergência Digital

Governo Temer pode, mas terá de justificar revogação do decreto do Marco Civil

O Decreto 8771/2016 foi assinado pela presidente Dilma Rousseff no seu último dia de gestão antes da comunicação oficial do impeachment. O portal Convergência Digital buscou especialistas em Direito Eletrônico para saber se o governo do presidente interino, Michel Temer, poderia alterar o Decreto. "Como a regulamentação do Marco Civil se dá por Decreto Presidencial Regulamentar, de fato há espaço para que, com a mudança no governo, se modifique também o texto do decreto vigente", afirma José Nantala Bádue Freire, da Peixoto & Cury Advogados.

Ele adverte, no entanto, que o assunto é sensível.

"Para qualquer modificação dos termos do Decreto, será fundamental – para não dizer obrigatória – a participação do Comitê Gestor da Internet e o debate com a sociedade sobre as alterações propostas", acrescenta o advogado. Para Cesar Augusto Alckmin Jacob, sócio da Duarte Garcia, Caselli Guimarães e Terra Advogados, mudar, agora, só se houvesse algo de 'estranho'. Mas o especialista adverte: "o presidente em exercício pode, sim, alterar decretos regulamentadores. Sem problema, desde que o decreto não extrapole o que está na lei que vem regulamentar", diz.



Resumo de Notícias

Já para Maristela Basso, advogada associada do Nelson Willians e Advogados Associados e professora da Faculdade de Direito da USP, apesar de ter sido aprovado e promulgado pela presidente Dilma Rousseff na véspera do seu afastamento, isso não significa que o Decreto vem maculado de ilegalidade, abuso de poder ou possa ser questionado e revogado pelo novo presidente em exercício. "A presidente Dilma Rousseff não perdeu o cargo de chefe de estado. Ela está apenas afastada das funções por até 180 dias", pontua a advogada.

Uma mudança no Decreto é vista como muito distante

pelo advogado Guilherme Thompson de Paula, também do Nelson Willians e especialista em direito empresarial e societário, não acredita em mudança do decreto. "No que toca à regulamentação do marco civil da internet, é um benefício em relação aos consumidores, de modo que qualquer alteração em seu texto poderia configurar uma medida impopular", observa. "Mas a alteração de decretos é viável, por força da Constituição Federal, sendo, no caso do decreto em análise, uma atribuição do próprio presidente em exercício, Michel Temer", conclui.

14/05/2016 - Rede Brasil Atual

'Governo Temer tentará esconder o que vai fazer com bancos públicos', diz Mattoso

"Eles precisam dessas instituições. Não vão fazer nenhuma loucura imediata", diz ex-presidente da Caixa Econômica Federal no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva

Na primeira entrevista coletiva como ministro da Fazenda, Henrique Meirelles disse ontem (13) que os bancos públicos "serão avaliados com critérios técnicos e serão adotadas políticas com sua finalidade básica, que é emprestar e transformar a poupança em investimentos". A "previsão" não revela a questão que todos querem saber: qual será a política do novo governo para os bancos públicos, em especial a Caixa Econômica Federal?

Para Jorge Mattoso, professor aposentado do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e ex-presidente da Caixa Econômica Federal no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, Meirelles "falou de questões genéricas das quais ninguém pode discordar". "Até porque, bancos públicos ou privados têm mesmo de conseguir recursos para emprestar, é a função do banco. Mas os bancos públicos têm outra função. No caso da Caixa, é um banco que favorece políticas públicas, como Minha Casa Minha Vida e outras", diz.

"Vai ser um governo conservador, mas eles vão tentar, em todos os momentos, fazer um jogo de esconder o que efetivamente vão fazer, porque ainda vai haver o julgamento do impeachment de Dilma no Senado, e eles querem evitar perder apoios. Vão tentar disfarçar", avalia o ex-presidente da Caixa.

Mattoso calcula, porém, que o governo Temer "tem uma grande vantagem, porque a economia já dá sinais de melhora, graças às políticas da Dilma". Para ele, esse fator é revelado pela expectativa do mercado de redução

dos juros e de queda da inflação, além das exportações em crescimento graças à desvalorização do real, terem permitido uma melhora do setor industrial, produtivo e exportador. "Há um quadro que não é igual ao que era há dois meses, seis meses atrás", diz.

O mercado prevê queda de 0,5 ponto percentual (para 13,75%) na taxa Selic até o fim deste ano. A estimativa do IPCA também vem se reduzindo. Caiu de 7,59%, em 4 de março, para 7% em 6 de maio. "Não estou dizendo que estava tudo resolvido (no governo Dilma) e o Brasil passou a crescer. Mas há um processo de reversão e o governo Temer vai tentar capturar isso como se fosse uma coisa dele".

Em dezembro de 2014, dados do Banco Central mostravam que a Caixa Econômica Federal havia chegado ao posto de terceiro maior banco do país em ativos (R\$ 1,064 trilhão), atrás de outra instituição do Estado, o Banco do Brasil (R\$ 1,4 tri), e Itaú (R\$ 1,12 tri).

Nos governos do PT, a Caixa foi responsável por executar os programas Minha Casa Minha Vida, além de essencial para o Programa de Aceleração do Crescimento e para o enfrentamento da crise internacional que explodiu em 2008, ao manter as linhas de crédito que os bancos comerciais restringiram drasticamente.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2016/05/governo-temer-tentara-esconder-o-que-vai-fazer-com-bancos-publicos-diz-mattoso-8568.html>



Resumo de Notícias

16/05/2016 - Vermelho

12 ministros de Temer receberam dinheiro de empresas da Lava Jato

Os que hoje usurpam o governo da presidenta Dilma Rousseff adotaram, com apoio da mídia, um discurso falso de combate à corrupção. Em entrevista, Alexandre de Moraes, ministro da Justiça de Michel Temer, chegou a dizer que no governo Dilma a corrupção era endêmica e que “na Petrobras, não foi um ou outro servidor que se desviou”, mas “a estrutura da empresa” o que para ele “é totalmente diferente”.

Mas bem longe desse discurso de factoides e ilações, estão os fatos. O gabinete dos sem voto de Michel Temer e de Alexandre Moraes estão 7 investigados pelo esquema de corrupção na Petrobras. Mas além disso, o dinheiro de campanha de 12 ministros nomeados por Temer veio de empreiteiras investigadas pela Operação Lava Jato como Odebrecht, UTC, OAS e Queiroz Galvão e Andrade Gutierrez.

Entre os ministros que receberam doações de investigadas estão o José Serra, ministro das Relações Exteriores, Henrique Eduardo Alves, do Turismo, Geddel Vieira Lima, Secretária de Governo, Blairo Maggi, da Agricultura, Maurício Quintela, da Infraestrutura, Portos e Aviação; Raul Jungmann da Defesa, Mendonça Filho, da Educação e Cultura, Leonardo Picciani, do Esporte, Osmar Terra, do Desenvolvimento Agrário, Fernando Coelho Filho, de Minas e Energia, Bruno Araújo, das Cidades, e Ricardo Barros, da Saúde.

O tucano José Serra (PSDB-SP), na campanha que o elegeu para o Senado, recebeu oficialmente R\$ 1,2 milhão da OAS e R\$ 856 mil da Andrade Gutierrez.

Mas quem encabeça a lista de doações é o Henrique Eduardo Alves, do PMDB, partido do usurpador Michel Temer. Investigado na Lava Jato, Henrique recebeu um total de R\$ 7,8 milhões das empreiteiras da Lava Jato para a sua campanha para governador do Rio Grande do Norte, em 2014. Isso representa 34% dos R\$ 23 milhões declarados como doações na prestação de contas do peemedebista.

As quatro maiores empresas investigadas estão entre as doadoras: Odebrecht (R\$ 5,5 milhões) e Queiroz Galvão (R\$ 2,1 milhões). Galvão Engenharia (R\$ 200 mil) e Andrade Gutierrez (R\$ 100 mil).

Já Geddel Vieira Lima recebeu R\$ 7,1 milhões em doações para a sua campanha em 2014 para o Senado

pelo PMDB da Bahia, sendo R\$ 2,3 milhões de empreiteiras como Odebrecht (R\$ 1,7 milhão) e UTC (R\$ 75 mil). Também encontra-se na lista de doadores o Banco BTG Pactual, que também é investigado na Lava Jato.

Todos os ministros dizem que tais doações foram feitas legalmente, previstas na legislação. No entanto, quando se trata de doações feitas ao PT, o discurso muda e as doações passam a ser a comprovação “da corrupção endêmica”, pois foram usadas como parte de pagamento de propina em troca de vantagens.

No entanto, a chamada “superlista da Odebrecht”, por exemplo, que vazou nas investigações da Lava Jato, indica o contrário. A planilha encontrada na casa do ex-presidente de Infraestrutura da empreiteira Benedicto Barbosa Silva Junior, em março, aponta pagamentos feitos pela empreiteira a políticos.

Os nomes dos ministros José Serra, Henrique Eduardo Alves, Raul Jungmann, Mendonça Filho, Osmar Terra, Bruno Araújo e Romero Jucá voltam a aparecer na lista, mas dessa vez com valores superiores aos declarados na Justiça Eleitoral, o que indica possível caixa 2. No total, a lista contém 279 políticos ligados a 24 partidos políticos.

Apesar do andamento das investigações na Lava Jato adotar ritmos distintos quando se trata de lideranças do PT e de outros partidos, as investigações dão conta de que Henrique Eduardo Alves, por exemplo, é suspeito de receber dinheiro do dono da OAS, Léo Pinheiro, em troca de favores no Legislativo e em tribunais.

Geddel aparece nas mensagens captadas pela Polícia Federal com Léo Pinheiro em que tratam de interesses da OAS em órgãos do governo, entre eles a Caixa Econômica Federal – da qual o agora ministro era vice-presidente.

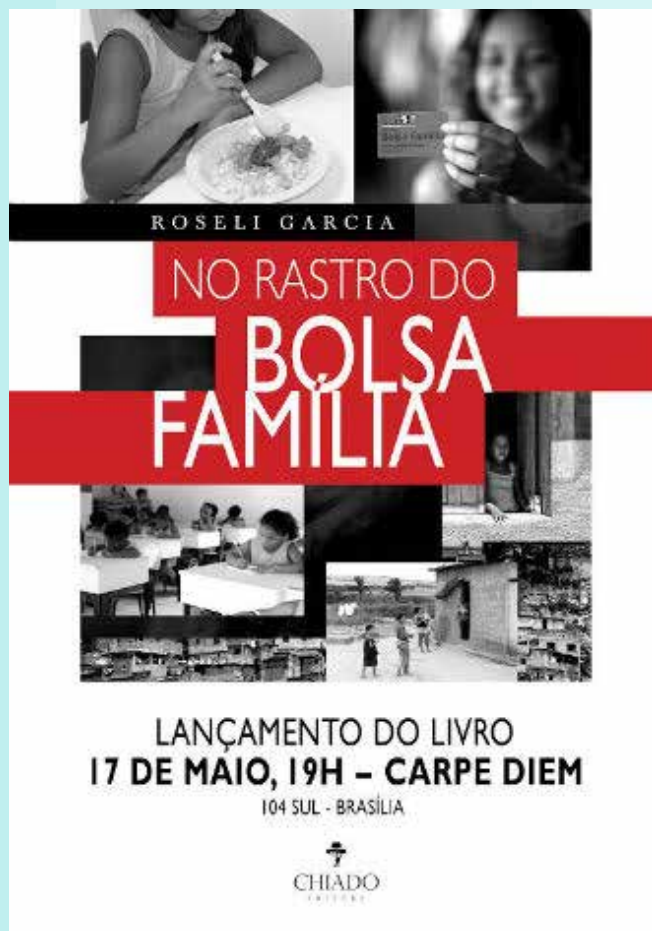
Em outra mensagem de Pinheiro, o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), menciona o pagamento de R\$ 5 milhões a Temer e reclama de compromissos adiados com a “turma”, que incluiria Geddel e Alves.

A posição ficou histórica quando a presidenta Dilma nomeou o ex-presidente Lula como ministro, acusando a presidenta de tentar impedir as investigações contra Lula e tentar dar foto privilegiado. No entanto, isso não impediu que tais ministros assumissem os ministérios, ganhando o “foro privilegiado”.

Resumo de Notícias

16/05/2016 - Vermelho

Livro conta experiência exitosa do Bolsa Família



No Rastro do Bolsa Família, livro que retrata a trajetória do maior programa de transferência de renda do mundo, será lançado nesta terça-feira (17), em Brasília. As dificuldades enfrentadas nos primeiros anos, as mudanças adotadas para aperfeiçoar a focalização na população mais pobre, os resultados e a relação com a mídia são abordados pela autora Roseli Garcia.

O lançamento do livro, publicado pela Chiado Editora, não poderia ocorrer em uma época mais apropriada, quando as políticas implantadas pelos governos Lula e Dilma são questionadas.

A publicação traz histórias de famílias que tiveram o curso de suas vidas alterado pelo Bolsa Família. São relatos contagiantes, como o de Ana Paula Santos Pereira, jovem que chegou à universidade após passar fome e morar em barraco de lona.

A autora - que assessorou por nove anos a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, órgão do Minis-

tério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, responsável pela gestão da transferência de renda - entrevistou beneficiários e coordenadores municipais do programa de várias regiões do país.

Motivo de debates acirrados no Brasil, o Bolsa Família aliou a transferência de renda à permanência de crianças e adolescentes na escola e visitas regulares de gestantes, recém-nascidos e crianças de até seis anos aos postos de saúde.

Com todos erros e acertos conseguiu não só transformar a vida de milhares de brasileiros, que viviam à margem de qualquer política pública, mas também deu fôlego a economias de pequenos municípios do país estacionadas no tempo. Um dos exemplos é Junco do Maranhão, onde a transferência de renda provocou a abertura de lojas, padaria, farmácias, postos de gasolina e de atendimento bancário.